

## “Eu ouvi os clamores do meu povo”: considerações histórico-teológicas sobre um documento profético

*"I Have Heard the Cries of my People": Historical-theological Considerations on a Prophetic Document*

Francisco de Aquino Júnior  
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) - Brasil

### Resumo

No dia 06 de maio de 1973, bispos e superiores religiosos do Nordeste lançaram o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”. Trata-se de um documento histórico que aborda a situação do Nordeste e o compromisso da Igreja com os pobres e com a transformação da sociedade, tendo sido publicado em plena ditadura militar. Esse artigo tem um duplo objetivo: 1) situar o documento no contexto de transformação eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II e sua recepção latino-americana, bem como no contexto sociopolítico de ditadura militar e de acirramento das tensões entre setores da Igreja e os militares; 2) apresentar, a partir do documento, os fundamentos teológico-pastorais que justificam e exigem essa tomada de posição da Igreja sobre a realidade do povo nordestino.

### Abstract

On May 6, 1973, bishops and religious superiors from the Northeast launched the document "I have heard the cries of my people". It is a historic document that deals with the situation of the Northeast and the Church's commitment to the poor and the transformation of society. It was published during a military dictatorship. The aim of this article is twofold: 1) to situate the document in the context of ecclesial transformation triggered by the Second Vatican Council and its reception in Latin America, and in the socio-political context of the military dictatorship and the heightened tensions between sectors of the Church and the military; 2) to present, based on the document, the theological and pastoral foundations that justify and demand the Church's position on the reality of the people of the Northeast.

## Introdução

No dia 06 de maio de 1973, um grupo de bispos e superiores religiosos do Nordeste publicaram um documento intitulado “Eu ouvi os clamores do

### Palavras-chave

Igreja.  
Libertação.  
Ditadura.  
Helder Camara.  
Profecia.

### Keywords

Church.  
Liberation.  
Dictatorship.  
Helder Camara.  
Prophecy.

meu povo” (Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste, 2003)<sup>1</sup>. Trata-se de um *documento histórico*. Não apenas no sentido de ter geografia e calendário, de estar vinculado a um *contexto socio-ecclesial* concreto, fora do qual não pode ser adequada e cabalmente compreendido. Nisso não difere tanto de outros documentos, embora o fato de oferecer um diagnóstico tão amplo e rigoroso da realidade, com riqueza de dados e perspicácia na análise dos dados, torna ainda mais explícito seu caráter histórico-contextual. Além disso, é histórico também no sentido menos comum de *fazer história*, de marcar posição, de causar impacto, de desencadear processos, de caracterizar um movimento ou uma época.

De fato, esse documento é expressão emblemática de um novo jeito de ser Igreja e de assumir a missão cristã na sociedade. Ele só pode ser compreendido no contexto mais amplo do processo de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela sua recepção latino-americana a partir da Conferência de Medellín (1968). O documento é fruto e expressão de uma Igreja que se entende como “sacramento de salvação” no mundo e, por essa razão, empenha-se em “discernir os sinais dos tempos”, enfrenta-se com as “estruturas injustas” da sociedade que exprimem uma “situação de pecado” e assume os anseios e os processos de “libertação” atuais como “signo do Espírito”, “presença de Deus”, antecipação escatológica da “redenção”. Neste sentido, é verdadeiramente um *documento histórico* que *marca época* na Igreja e na sociedade (antes e depois) ao *demarcar posição* em favor dos processos de libertação na sociedade (Igreja da libertação). Seu impacto é ainda maior por se dar em plena ditadura militar.

Ele pode ser abordado sob muitos pontos de vista: análise de conjuntura da época, história da sociedade brasileira, situação do nordeste no contexto nacional, política de desenvolvimento regional, ditadura militar, relação Igreja-sociedade e a nova conjuntura eclesial etc. Contudo, nossa abordagem aqui será de cunho teológico-pastoral, fazendo algumas considerações sobre o contexto socio-ecclesial do documento e destacando

---

<sup>1</sup> A partir de agora, os números entre parênteses, sem outra indicação, remetem a páginas desse documento.

alguns aspectos teológicos que justificam e exigem essa tomada de posição da Igreja.

## Contexto socio-eclesial

Embora não possamos fazer aqui uma abordagem mais ampla e detalhada sobre o contexto socio-eclesial do documento, precisamos, em todo caso, ao menos situá-lo no contexto mais amplo de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II e sua recepção latino-americana a partir da Conferência de Medellín e no contexto sociopolítico mais imediato de ditadura militar no Brasil. Fora desse contexto, não se pode compreender adequadamente esse documento nem como posição eclesial nem no seu impacto sociopolítico.

## Igreja da libertação

Antes de tudo, é preciso situar esse documento no contexto mais amplo do processo de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II e sua recepção latino-americana a partir da Conferência de Medellín. Ele é fruto e expressão emblemática desse processo de renovação eclesial, que supõe e implica uma nova compreensão da Igreja e de sua missão no mundo, que, por sua vez, justifica e até mesmo exige essa tomada de posição clara e incisiva da Igreja sobre a realidade sociopolítica e econômica.

O Concílio Vaticano II foi o acontecimento mais importante da Igreja católica no século XX (Alberigo, 2006; Libânio, 2005; Faggioli, 2013). Ele marca uma nova etapa na vida da Igreja, caracterizada por uma atitude de abertura e diálogo com o mundo moderno e de cooperação no enfrentamento dos grandes problemas e dramas da humanidade. O Concílio tem um caráter eminentemente pastoral, no sentido de estar voltado para a missão evangelizadora da Igreja no mundo atual. Não sem razão, fala-se frequentemente do Concílio como *aggiornamento* da Igreja. Essa era a intuição original de João XXIII ao convocar o Concílio, como deixa muito claro em seu famoso e programático Discurso Inaugural *Gaudet Mater Ecclesia* (11/12/1963) (João XXIII, 1962a). O resultado mais emblemático desse

propósito original se encontra na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e sua incipiente teologia dos “sinais dos tempos” (GS 4, 11, 45). O cardeal Gabriel-Marie Garrone, relator final do texto, ao apresentá-lo para a aprovação da assembleia conciliar, chega a afirmar que esse era o “único esquema querido formalmente por João XIII” (Palacio, 1995, p. 333). O primeiro parágrafo expressa bem a profunda sintonia com a intuição e o projeto originais de João XXIII, ao mesmo tempo em que indica de modo muito claro as novas perspectivas que se abrem para a Igreja:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe ao coração [...] a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (GS 1).

Essa profunda solidariedade da Igreja com a humanidade não é um *desvio*, mas algo que brota de sua própria *natureza e missão*. Enquanto “sacramento” de salvação ou “sinal e instrumento” do reinado de Deus no mundo (LG 1, 5, 9, 48; GS 42, 45; AG 1, 5), a Igreja existe no mundo e a serviço do mundo. Ela não pode se pensar e se configurar independentemente do mundo, nem muito menos em oposição a ele. Enquanto lugar e destinatário da missão da Igreja, o mundo é um momento do processo em que essa missão salvífica se realiza, de modo que a preocupação e o envolvimento com os problemas do mundo aparecem como constitutivos da missão da Igreja (GS 11, 42, 89). O Concílio chega a afirmar que “[o] divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo” e que, “ao negligenciar seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres para com o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna” (GS 43).

Embora o mundo ao qual se refere o Concílio seja, sobretudo, o mundo moderno, ilustrado, desenvolvido, rico, a atuação profética de um pequeno grupo, conhecido como “Igreja dos pobres”, insistindo na relação estreita entre Jesus, a Igreja e os pobres, ajudou o Concílio a não perder de vista o mundo dos pobres (Gauthier, 1967; Gauthier, 1969; Planellas I Bornoseli, 2014). Para além do impacto espiritual que provocou nos padres e nos debates

conciliares, esse grupo teve um papel decisivo na afirmação do vínculo evangélico do mistério da Igreja com os pobres (LG 8). Com o *Pacto da Catacumbas: Por uma Igreja servidora e pobres* (Beozzo, 2015), abre caminho para que, como indicava João XXIII em referência aos países subdesenvolvidos, a Igreja se constitua cada vez mais “como Igreja de todos, em particular como Igreja dos pobres” (João XXIII, 1965a). Jon Sobrino refere-se a esse movimento como um “legado ‘secreto’ do Vaticano II” (Sobrino, 2015), que se tornaria central na recepção do Concílio na América Latina a partir da Conferência de Medellín (1968). Sobretudo a partir da Conferência de Puebla (1979), esse legado seria formulado em termos de “opção preferencial pelos pobres” (CELAM, 1986, n. 1134-1165). Quase quarenta anos depois, a Conferência de Aparecida (2007) reconheceria explicitamente que “a opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (CELAM, 2017, n. 391).

De fato, a recepção do Concílio na América Latina ocorreu em profunda sintonia com o propósito original de João XXIII de abertura de Igreja ao mundo e de discernimento dos “sinais dos tempos”, mas a partir daquilo que Sobrino chama o “legado ‘secreto’ do Vaticano II”. A grande referência aqui é a Conferência de Medellín (Godoy; Aquino Júnior, 2017; Souza; Sbardelotto, 2018; Aquino Júnior, 2018). Com ela, nasce uma Igreja autenticamente latino-americana: inserida em nossa realidade, comprometida com os pobres e suas lutas por libertação. Se o Concílio abre a Igreja ao mundo moderno, Medellín abre a Igreja ao mundo dos pobres. Certamente, não haveria Medellín sem o Concílio, mas Medellín não é uma mera aplicação mecânica do Concílio, mas sua recepção criativa e profética num continente marcado pela miséria e opressão e a serviço dos pobres e sua libertação. Medellín radicaliza evangelicamente a abertura e inserção da Igreja no mundo, denunciando as “estruturas injustas” que exprimem uma “situação de pecado” e se comprometendo com a “libertação integral” das pessoas e a “transformação” das “estruturas injustas”. Essa postura não representa um *desvio*, mas uma exigência que brota da *natureza e missão* da Igreja, como expressa de modo tão claro e profético na Introdução do documento que apresenta as conclusões da conferência:

Assim como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós, novo povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se dá o ‘verdadeiro desenvolvimento, que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas [carências materiais e morais, estruturas opressoras] para condições mais humanas [posse do necessário, vitória sobre as calamidades sociais, cultura, dignidade, espírito de pobreza, bem comum, paz, valores, Deus, fé] (CELAM, 1987, p. 7).

Dom Helder Camara chega a comparar Medellín com o Vaticano II: “para a América Latina, as Conclusões desta Conferência - que aplicam ao nosso Continente as determinações do Concílio e, em nome do Concílio, nos levam a assumir, plenamente, nossa responsabilidade em face do momento histórico da América Latina - devem ter o mesmo sentido que para o mundo inteiro, devem ter os documentos conciliares” (Camara, 2013, p. 236). Já Dom Fragoso é ainda mais preciso: Medellín ofereceu “a oportunidade [...] de repensar o Vaticano II dentro do contexto continental”; foi “uma tentativa de olhar a Igreja desde o lugar social dos meios populares [...] e convocar os cristãos para uma ação pastoral transformadora”; foi “um esforço de latino-americanizar o Concílio Vaticano II, uma busca de um rosto de Igreja mais encarnada e um pluralismo eclesial em gestação”; “por graça de Deus - o Espírito Santo ‘pairava’ sobre a conferência suscitando profecia e criatividade - foi dado um passo ‘oficial’ para uma evangelização ‘inculturada’, que não prioriza a reprodução da ‘cristandade’, mas abre para uma ‘Igreja popular’” (Beozzo, 2017, p. 21).

Ao longo desse processo, vai se gestando um novo jeito de ser Igreja: comprometida com os pobres e sua libertação (Boff, 1981; 1991; 1997). Esse é o contexto eclesial em que se insere a ação pastoral de Dom Helder Câmara na arquidiocese de Olinda e Recife e o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” de bispos e superiores religiosos do Nordeste, datado de 06 de maio de 1973 (Hoonart, 2021; Barros, 2011; 2022).

## Ditadura militar

Esse processo de renovação eclesial terá um grande impacto na sociedade latino-americana como um todo, e concretamente na sociedade brasileira. Antes de tudo, pela *mudança de lugar social da Igreja*. Não é nenhuma novidade que a Igreja, com raras exceções, sempre esteve do lado das elites, abençoando o “trono” e a “casa-grande”. A “aliança trono-altar” (Azzi, 1992), em suas várias expressões, marca profundamente a história da Igreja e da sociedade brasileiras. Contudo, aos poucos, setores importantes da Igreja, embora minoritários, passaram a defender os direitos dos pobres e suas lutas por libertação. Assim, vai nascendo entre nós um “cristianismo da libertação” que altera profundamente as relações entre religião e política (Löwy, 2016; Aquino Júnior, 2023, p. 165-185). E isso, além de representar uma novidade que causa desconcerto e provoca tensões, produz *impacto nas relações de poder na sociedade*. Nunca é demais recordar o caráter religioso do imaginário popular, o peso do religioso na configuração do tecido social e a importância da Igreja como instituição religiosa na vida das pessoas e na organização sociopolítica da sociedade. Esse impacto é ainda mais forte num *contexto de ditadura militar*, como o vivido no Brasil desde 1964, agravado pelo Ato Institucional 5 de 1968 (AI 5), quando o Poder Executivo se investe de um “poder absoluto” e institui um verdadeiro “terrorismo oficial” na sociedade, como denuncia profeticamente o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” (p. 16s).

Como temos insistido, a importância desse documento só pode ser compreendida no contexto mais amplo de mudança de lugar social da Igreja e de seu impacto nas relações de poder na sociedade e no contexto mais imediato de ditadura militar à qual estava submetido o Brasil. O documento é expressão emblemática do compromisso da Igreja com os pobres e de resistência à ditadura militar (CBJP, 2016). Embora o seja tema é complexo e extrapola os limites de nossa reflexão, precisamos ao menos situá-lo no contexto mais imediato da atuação de Dom Helder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife (Silva, 2019, p. 70-84).

Em sua biografia de Helder Câmara, Eduardo Hoornaert situa o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” no contexto de acirramento

das tensões entre a Igreja e os militares. Ele destaca alguns fatos/acontecimentos que ajudam compreender essas tensões: 1) Na Semana Santa de 1969, Dom Helder lança o “Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos”, no qual aparecem termos como “libertação”, “conscientização”, “pobres evangelizando pobres” (Hoonart, 2021, p. 211ss); 2) No dia 28 de maio de 1969, o padre Antônio Henrique Pereira Neto é sequestrado e assassinado (Hoonart, 2021, p. 223); 3) No dia 26 de maio de 1970, Dom Helder pronuncia diante de uma multidão em Paris seu famoso discurso “Quaisquer que sejam as consequências”, no qual denuncia explicitamente a tortura praticada pelos militares no Brasil, com grande repercussão no exterior e na mídia nacional (Hoonart, 2021, p. 240-244); 4) Acusado de ser um “bispo vermelho” e de praticar “uma não violência tática”, isto é, de apoiar ocultamente o regime de Fidel Castro e de trabalhar ocultamente pelo comunismo, Dom Helder publica no dia 5 de setembro uma Carta Circular, na qual reage contra as acusações e explica sua posição (Hoonart, 2021, p. 191-195); 5) Em 1971, Dom Helder publica seu famoso livro *Spirale de la violence*, no qual distingue três tipos/níveis de violência (situações de injustiça, revolta popular, repressão) e insiste que é preciso focar na violência estrutural (Hoonart, 2021, p. 227-231); 6) Em dezembro de 1972, a Polícia Federal sequestra João Francisco, coordenador do Movimento Encontro de Irmãos (Hoonart, 2021, p. 223). É nesse contexto de acirramento das tensões entre a Igreja e os militares que aparece o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, de bispos e superiores religiosos do Nordeste, datado de 06 de maio de 1973. Ele foi articulado por Dom Helder e preparado, em grande parte, pelo padre redentorista holandês Humberto Plumen, que na época era diretor do Instituto Teológico de Recife (ITER) (Hoonart, 2021, p. 233).

Em boa medida, esse documento pode ser considerado como uma resposta contundente às suposições e acusações feitas pelos militares à atuação de Dom Helder Camara: não se trata de uma “não violência tática” (olhando para Cuba), mas de um compromisso evangélico com os pobres e a justiça social (ouvindo os clamores do povo). Convém recordar que, nesse mesmo ano, bispos da região Centro-Oeste publicaram o manifesto “Marginalização de um povo (06/05/1973) e bispos e missionários que

atuavam junto aos povos indígenas publicaram o manifesto “Y-Juca Pirama, o Índio: Aquele que deve morrer” (25/12/1973). Já em 1971, Dom Pedro Casaldáliga havia lançado no dia sua ordenação episcopal a Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (23/10/1971), em 1972 havia sido criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Canuto, 2021, p. 101-18, 155-158). Isso ajudar compreender o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” como parte e como expressão emblemática de um movimento profético mais amplo de renovação da Igreja, comprometida com os pobres, marginalizados e suas lutas por libertação. Michael Löwy chega a se referir aos documentos dos bispos do Nordeste e do Centro-Oeste como “as declarações mais radicais jamais publicadas por um grupo de bispos em qualquer parte do mundo” (Löwy, 2016, p. 152).

### **Aspectos teológico-pastorais**

Tendo apresentado, em grandes linhas, o contexto socio-elesial do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, queremos destacar alguns aspectos teológico-pastorais que justificam esse manifesto público de bispos e superiores religiosos sobre a realidade do povo nordestino, como algo inerente à missão da Igreja no mundo e ao exercício do ministério pastoral na Igreja. Esses aspectos são explicitados na introdução e na conclusão do documento, sendo fundamentais para se compreender as razões do envolvimento da Igreja com os problemas da sociedade. Eles desempenham uma dupla função: responder às acusações contra a atuação da Igreja e concretamente de Dom Helder Câmara como “não-violência tática” (em favor do comunismo) e justificar a intervenção profética da Igreja na sociedade (em favor da libertação integral do povo).

Não por acaso, o documento inicia com as palavras de Deus a Moisés: “Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim: eu conheço os seus sofrimentos” (Ex 7,3). Daí o título “Eu ouvi os clamores do meu povo”. Essas palavras emblemáticas, dizem os signatários do documento, “dão bem, nesta hora, a medida dos nossos sentimentos”: “diante do sofrimento de nossa gente [...], vemo-nos

convocados pela Palavra de Deus a tomar posição [...] ao lado do povo [...] juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenham pela sua verdadeira libertação” (1). Elas exortam ao cumprimento da “missão de pastores e profetas, junto ao povo de Deus”, ao mesmo tempo que expressam bem as motivações e o modo de exercício dessa missão: “Somos, pois, movidos a falar pela Palavra de Deus, que julga os acontecimentos da história. E é nesta luz que procuramos interpretar os gemidos do povo, os fatos e acontecimentos de cada dia, de nossa gente sofrida” (1).

Conscientes das “frequentes omissões e desacertos ao longo da história da nossa Igreja no Brasil”, sentindo-se “impotentes e intimidados frente a tão grande tarefa”, mas sentindo também a “força do alto, a graça daquele que nos chamou e nos enviou” (1), bispos e superiores religiosos ousam “falar em nome de Deus, nesse momento histórico, aos homens do nosso país, concitando-os à verdadeira conversão, isto é, ao exame leal de seu comportamento humano e à conseqüente transformação radical de sua vida toda sob a conduta do Espírito Santo” (2). E, reagindo aos que pensam que não compete à Igreja falar da “realidade humana”, relegando-a um “suposto plano espiritual”, esclarecem que “o plano espiritual abrange o homem todo, em todas as suas dimensões, desde que seja visto à luz do inapelável julgamento de Deus e sob a ação totalizante do seu Espírito” e, por isso, é direito e dever dos pastores tratarem de “problemas humanos” (2).

O documento insiste que a fidelidade ao Evangelho passa pelo compromisso com o povo: sua esperança, sua libertação e que a responsabilidade de pastores os coloca diante do desafio de “fidelidade contínua a este homem, dentro do seu contexto histórico”, constituindo-os como “ministros da libertação” (3). É esta convicção do “múnus pastoral e profético” que os leva a falar “nesta hora de desafio”, partindo de “dados objetivos” da realidade nordestina e refletindo sobre eles a partir da Palavra de Deus. Trata-se de uma reflexão teológica, feita na perspectiva de “Deus que, se fazendo homem, tonou o homem, em Cristo, a medida de todas as coisas” (3).

O documento apresenta uma série de dados sobre a “realidade do homem nordestino”: renda, trabalho, alimentação, habitação, educação, saúde (4-8), traz “alguns elementos sobre as raízes desta situação” (8-10) e faz algumas considerações sobre o projeto de desenvolvimento regional e seu desvirtuamento e abandono nas duas últimas décadas em função dos “interesses do capital estrangeiro” (10-20). Se os *dados* mostram que “o subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste” (4) e que as políticas mais recentes têm levado a uma “marginalização crescente” da região (20), com “conotações muito mais trágicas” no campo (21-24); sua *análise* revela que o subdesenvolvimento não é um dado natural nem uma fatalidade (15), mas resultado de um processo histórico (8-10), fruto de uma “política característica dos sistemas de capitalismo associado dependente” (16), agravada pela ditadura militar, na qual “o poder executivo investiu-se de prerrogativas de poder absoluto” (16) e instituiu um verdadeiro “terrorismo oficial” na sociedade (17).

A Igreja não pode “ficar indiferente” nem “calar” diante dessa situação, mas, por “vocação divina”, deve se “comprometer com os que são marginalizados” (24-25). Os signatários do documento sabem que não serão compreendidos pelos “advogados complacentes do *status quo*” que “privatizam a religião” e usam a fé como “instrumento ideológico” em defesa dos interesses de grupos e instituições dominantes na sociedade, nem por aqueles que, embora “bem-intencionados”, por uma “mentalidade errônea”, estabelecem uma “ruptura entre a fé religiosa e a ação temporal” (25). Mas insistem com o Concílio Vaticano II que “não podemos conceber a Igreja como realidade separada do mundo, como um gueto à parte” (25). Ela está no mundo: “está a serviço do mundo” e, “em parte, até identifica-se com ele, exprimindo aquela dimensão de graça e de amor de Deus na mesma realidade humana, que constitui o mundo” (25).

O documento é muito claro e incisivo nesse ponto: o mundo é “o lugar onde se efetua a salvação do Deus que ama, de fato, a todos os homens”; “é no coração da humanidade, na amplidão da história dos homens, que opera o amor vivificante do Espírito de Cristo” (25). Isso confere caráter e valor salvífico-espirituais à realidade humana, aos acontecimentos históricos. O

texto chega mesmo a afirmar que, “além dos sacramentos [...], as realidades humanas [...] também podem ser mediadoras de salvação, fatores da comunhão com Deus, através do serviço e da comunhão com os irmãos de fraqueza e de humanidade” (25). E ajuda compreender que “a salvação não se configura como realidade fora do mundo, a ser alcançada apenas na transhistória, na vida de além-túmulo”, mas que “ela começa a efetuar-se aqui” (25).

Recolhendo os frutos da reflexão teológica conciliar e sua recepção latino-americana (Gutiérrez, 2000, p. 199-239; Ellacuría, 2000, p. 519-533), o documento destaca, aqui, em forma de teses, três aspectos fundamentais da compreensão cristã da salvação: 1) *Tensão escatológica entre o “já” e o “ainda não” da salvação*: “A vida eterna, ‘ainda não’ consumada, ‘já’ nos é dada pelo Filho de Deus, no aqui e no agora da vida humana” (25); 2) *Salvação e libertação*: “Essa salvação vinda de Deus e que irrompe na massa humana, dentro do tecido da história, se vai revelando, no longo e complexo processo de libertação do homem” (25-26); 3) *Dimensão pessoal e política da salvação*: “Juntamente com a pessoal e interior, não possível libertação total do homem, que não inclua um alcance político, que não suponha um contexto econômico e social”, de modo que “a libertação, conforme os desígnios do Pai, se processa através e dentro do povo, onde se verifica a dimensão político-social do homem” (26).

Essa compreensão da salvação cristã será decisiva tanto para a renovação da teologia católica como um todo (teologia da história da salvação), quanto para a renovação da missão evangelização da Igreja no mundo (realização histórica da salvação). Ela leva a reconhecer que, “como no tempo de Moisés, um povo que busca promover-se e sacudir o jugo da sua escravidão, está cumprindo um aspecto dos desígnios de Deus, está, mesmo sem o saber claramente, assinalando a salvação que nele se opera” (26). Por mais que “os detentores do poder escravizante, como Faraó, não admitem o reconhecimento de valores salvíficos na luta do povo”, a Escritura deixa muito claro que “os ‘pobres de Javeh’ são o lugar privilegiado da revelação de Deus, a cátedra cotidiana da sua palavra, nos acontecimentos da vida, na esperança que não ilude, nos anseios de libertação, de paz, de fraternidade” (26). E aqui

está o fundamento teológico por excelência do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”. Tanto no que se refere ao julgamento teológico sobre a realidade nordestina (julgar), quanto no que se refere à clara tomada de posição em defesa do povo e de sua libertação (agir).

Os signatários do documento reconhecem, em “espírito de humildade e penitência”, que a Igreja nem sempre foi fiel à sua “missão profética” e ao seu “papel evangélico” de estar ao lado do povo: “Quantas vezes [...] a Igreja tem feito o jogo dos opressores, tem favorecido aos poderosos do dinheiro e da política contra o bem comum, sob máscaras enganadoras, por ingenuidade ou cavilação, numa triste deformação da mensagem evangélica” (26). E expressam sua convicção e disposição de assumir com fidelidade a missão cristã, conscientes de que “o preço desta escolha tem sido sempre a perseguição, sob forma de ‘prestar serviço a Deus’ (Jo 16, 2)” (26): “À luz de nossa fé e com consciência da injustiça que caracteriza as estruturas econômica e social do nosso país, entregamo-nos a uma profunda revisão de nossa atitude de amor pelos oprimidos, cuja pobreza é a outra face da riqueza de seus opressores” (27).

Parecem bem conscientes das consequências dessa opção: Sabem que “não basta fazer um diagnóstico a partir do conhecimento científico desta realidade” (27). Recordam que “Cristo nos ensinou, por seu exemplo, a viver o que anunciava”; que os opressores do povo viram nele “um verdadeiro perigo para os seus interesses econômicos, sociais, políticos e religiosos, e o condenaram à morte”; mas que “o seu Espírito, agindo hoje tanto quanto ontem, dá à história o seu impulso e se manifesta na solidariedade dos que lutam pela liberdade, num sentimento de amor verdadeiramente lúcido pelos irmãos oprimidos” (27). Chamam atenção para o “confronto de classes” na sociedade e para o despertar de uma “nova consciência libertadora” das “massas oprimidas” (28). Reconhecem que está em jogo a “transformação global da atual sociedade” e a construção de uma “sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classe, conquistarem, por fim, a liberdade” (28-29). Mas insistem que “o Evangelho nos conclama, a todos os cristãos e

homens de boa vontade, a um engajamento na sua corrente profética” e que a esperança cristã “não nos permite ficar inertes, aguardando passivamente a hora da restauração de todas as coisas”, mas “exige presença indormida e atuante, capaz de provocar na corrente histórica os sinais da ressurreição, os esboços identificadores da nova humanidade do futuro” (29).

O documento conclui com a palavra de Jesus no sermão escatológico: “Reanimai-vos e levantai as vossas cabeças, porque se aproxima a vossa libertação” (Lc 21, 28). Esta palavra de Jesus, diz o texto, “é de uma força incomparável para nós, nesta hora obscura, mas também carregada de promessas” (29).

### **Considerações finais**

Nosso objetivo foi desenvolver uma abordagem teológico-pastoral do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, fazendo algumas considerações sobre o seu contexto socio-ecclesial e destacando alguns aspectos teológicos que justificam e exigem essa tomada de posição da Igreja sobre a realidade do povo nordestino. Situamos o documento no contexto mais amplo de renovação da Igreja, desencadeado pelo Concílio Vaticano II e sua recepção latino-americana a partir da Conferência de Medellín, bem como nas tensões e conflitos que essa renovação ecclesial provocou na sociedade como um todo, e de modo muito particular com os militares e seu “terrorismo oficial”. Apresentamos, a partir do próprio documento, os fundamentos teológico-pastorais desse manifesto ecclesial sobre a realidade do Nordeste e do povo nordestino, mostrando como isso não é um desvio da missão ecclesial nem uma intromissão indevida nos problemas da sociedade, mas algo inerente à missão salvífica da Igreja e ao ministério pastoral na Igreja.

“Eu ouvi os clamores do meu povo” é, sem dúvida nenhuma, um documento histórico-profético. É expressão emblemática de um novo jeito de ser Igreja e assumir a missão evangelizadora na sociedade. Marca posição na sociedade contra as injustiças e em favor da libertação. E é um documento muito atual, não obstante as profundas transformações que ocorreram nos últimos cinquenta anos: seja no que diz respeito à desigualdade social e às

relações de poder que a sustentam e reproduzem; seja no que diz respeito à missão evangelizadora da Igreja nesse mundo.

Sendo um texto do *passado*, não deixa de ser um texto bem *atual* que provoca e convoca a um discernimento dos “sinais dos tempos” (compreensão da realidade e dos apelos de Deus nessa realidade) e a uma clara e decidida tomada de posição em favor dos pobres e marginalizados (evangélica opção pelos pobres e sua libertação). Podemos reduzi-lo a um texto do passado ou resquício de um mundo e uma Igreja que passaram (peça de museu), ou podemos tomá-lo como provocação e convocação socio-ecclesial para o nosso tempo (atualidade). O crescimento da extrema direita fascista no Brasil e a retomada do processo de renovação conciliar da Igreja pelo Papa Francisco conferem particular atualidade e relevância a esse documento. Enquanto alguns querem e fazem de tudo para transformá-lo em peça de museu ou mesmo de altares, devemos fazer ecoar seu grito profético de denúncia, de convocação e mobilização na Igreja e na sociedade.

## Referências

ALBERIGO, Giuseppe. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006.

AQUINO JÚNIOR, Francisco. “Centralidade dos pobres na Igreja: Clamores e resistências atuais”. *Horizonte* 50 (2018), p. 576-599.

AQUINO JÚNIOR, Francisco. “Catolicismo popular e libertação”. *Revista de Cultura Teológica* 105 (2023), p. 165-185.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: Um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BARROS, Marcelo. *Dom Helder Camara: Profeta para os nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2011.

BARROS, Marcelo. *Não deixe cair a profecia: A herança de Dom Helder Câmara para a humanidade do século XXI*. Recife: CEPE, 2022.

BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas: Por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.

BEOZZO, José Oscar. “Medellín: seu contexto em 1968 e sua relevância 50 anos depois”. In: GODOY, Manuel; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *50 anos de Medellín: Revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 9-27.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: Do Vale de Lágrimas à Terra Prometida*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo. Ecclesiógênese: A Igreja que nasce dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CÂMARA, Dom Helder. *Circulares pós-conciliares: De 25/26 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968*. Vol. IV, Tomo II. Recife: CEPE, 2013.

CANUTO, Antônio. *Ventos de profecia na Amazônia: 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*. São Paulo: Paulinas; Goiânia: PUC Goiás, 2021.

CBJP: COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ. *Memória e compromisso: A participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e anistia política*. Brasília: Ministério de Justiça, Comissão de Anistia, 2016.

CELAM. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões da Conferência de Puebla*. Texto Oficial. São Paulo: Paulinas; 1986.

CELAM. *Conclusões de Medellín: II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CELAM. *Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DOCUMENTO DE BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. *Ouvi os clamores do meu povo*. Recife: Salesianos Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2003.

ELLACURÍA, Ignacio. “História de la salvación y salvación en la história”. In: *Escritos Teológicos I*. San Salvador: UCA, 2000, p. 519-533.

FAGGIOLI, Massimo. *Vaticano II: A luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013.

GAUTHIER, Paul. *O Concílio e a Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1967.

GAUTHIER, Paul. *O Evangelho de justiça*. Petrópolis: Vozes, 1969.

GODOY, Manuel; AQUINO JÚNIOR. *50 anos de Medellín: Revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas, 2017.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: Perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

JOÃO XXIII. “Radiomensaje un mes antes de la apertura del Concílio Vaticano II” (11/10/1962a). Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/messages/pont\\_messages/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_mes\\_19620911\\_ecumenical-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/messages/pont_messages/1962/documents/hf_j-xxiii_mes_19620911_ecumenical-council.html)

JOÃO XIII. “discurso na abertura solene do Concílio” (11/12/1962b). Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html)

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LÖWY, Michael. *O que é o cristianismo da libertação*. Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

PALACIO, Carlos. “O legado da Gaudium et Spes. Riscos e exigências de uma nova ‘condição cristã’”. *Perspectiva Teológica* 27 (1995), p. 333-353.

PLANELLAS I BARNOSELL, Joan. *La Iglesia de los pobres en el Concílio Vaticano II*. Barcelona: Herder, 2014.

SILVA, Severino Vicente. “Igreja católica e ditadura civil-militar: Algumas palavras sobre a experiência da Arquidiocese de Olinda e Recife”. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica* 37 (2019), p. 70-84.

SOBRINO, Jon. “Urgência em retomar a Igreja dos pobres. Homilia no encontro do Pacto das Catacumbas” (novembro de 2015). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/549442-urgencia-para-retomar-a-igreja-dos-pobres-homilia-de-jon-sobrinno-no-encontro-do-pacto-das-catacumbas>

SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (org.). *Medellín: Memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018.

Trabalho submetido em 20/10/2024.  
Aceito em 25/11/2024.

Francisco de Aquino Júnior

Possui graduação em Teologia pela Faculdade Jesuítica de Belo Horizonte (1999), graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1999), mestrado em Teologia pela Faculdade Jesuítica de Belo Horizonte (2001), doutorado em Teologia - Westfälische Wilhelms Universität Münster (2009) e pós-doutorado em teologia na Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia (2020). Atualmente é efetivo da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-Teo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8142-3280>. E-mail: [axejun@yahoo.com.br](mailto:axejun@yahoo.com.br)